



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

ANEXO II.G – DISPONIBILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	3
2. ELABORAÇÃO DOS PROJETOS	5
3. RITO DE CERTIFICAÇÃO E NÃO OBJEÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS	12
4. CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS – ELABORAÇÃO, RITO DE CERTIFICAÇÃO, NÃO OBJEÇÃO DO PODER CONCEDENTE E REGRAMENTO PÓS APROVAÇÃO	18
5. EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	22
6. FISCALIZAÇÃO E RITO DE CERTIFICAÇÃO E NÃO OBJEÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS...	24
7. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA PELA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS EXECUTADOS	27

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 1.1. Neste ANEXO, são apresentadas as regras e diretrizes aplicáveis à execução dos EMPREENDIMENTOS OBRA pela CONCESSIONÁRIA, desde a fase de elaboração dos projetos e CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, da CERTIFICAÇÃO pela CERTIFICADORA DE IMPLANTANÇÃO, no caso dos EMPREENDIMENTOS OBRA, de APROVAÇÃO pelo AUDITOR INDEPENDENTE, no CASO dos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE, e da não objeção pelo PODER CONCEDENTE até o rito de recebimento dos EMPREENDIMENTOS executados, bem como a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pelas obras realizadas.
- 1.2. As regras e diretrizes aqui previstas têm como objetivo garantir a compatibilidade dos EMPREENDIMENTOS com os padrões de qualidade, atualidade, conforto e segurança que serão oferecidos aos USUÁRIOS.
- 1.3. O AUDITOR INDEPENDENTE realizará a APROVAÇÃO dos projetos, estudos, CRONOGRAMAS-FÍSICO-EXECUTIVOS, CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO, fiscalização e acompanhamento dos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE e daquilo que a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO comprovadamente demonstre não ter capacidade técnica ou habilitação de emitir a CERTIFICAÇÃO, caso em que o PODER CONCEDENTE deliberará com auxílio do APOIO TÉCNICO.
 - 1.3.1. A despeito da prerrogativa acima, o PODER CONCEDENTE não poderá receber nenhum projeto, cronograma ou EMPREENDIMENTO poderá ser aceito pelo PODER CONCEDENTE sem a emissão da respectiva CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO, conforme o caso, exceto quando autorizado por previsão contratual expressa.
- 1.4. Para emissão da APROVAÇÃO o AUDITOR INDEPENDENTE se utilizará prioritariamente das orientações específicas presentes nos demais ANEXOS, sendo as disposições previstas para CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO aplicáveis de maneira subsidiária e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

análogas ao AUDITOR INDEPENDENTE.

- 1.5. Para todas as atividades aqui descritas como de atribuição do PODER CONCEDENTE, este poderá convocar o APOIO TÉCNICO para prestar-lhe apoio no exercício das suas prerrogativas, inclusive *in loco*.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

2. ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

- 2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar todos os projetos necessários à execução dos EMPREENDIMENTOS, incluindo: (i) os PROJETOS BÁSICOS; e (ii) os PROJETOS EXECUTIVOS.
- 2.2. Na concepção e elaboração de quaisquer projetos, a CONCESSIONÁRIA deverá observar: (i) as diretrizes constantes deste ANEXO; (ii) as diretrizes constantes dos ANEXOS; e (iii) a legislação e regulamentação pertinentes para execução de projetos (ambiental, relacionadas à execução de obras civis, arquitetura, VIA PERMANENTE, sistemas etc.), preservando, obrigatoriamente, a qualidade e a atualidade de projeto, em todos os aspectos, abrangendo o desempenho dos equipamentos, sistemas e obras.
- 2.2.1. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO verificará o disposto nos itens (i) a (iii) acima quando da emissão de, respectivamente, da CERTIFICAÇÃO, nos termos do item 2 desta Parte I.
- 2.3. Todo o desenvolvimento do projeto elaborado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser desenvolvido em processo BIM – Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modeling*). Os desenhos e quantitativos devem ser derivados do modelo, além da compatibilização entre as disciplinas.
- 2.4. Toda a documentação técnica deverá ser redigida pela CONCESSIONÁRIA em português (Brasil), e o conteúdo dos documentos técnicos de projeto e a sua codificação deverão estar em conformidade com as diretrizes constantes dos ANEXOS do CONTRATO.
- 2.5. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA providenciar todas as medidas necessárias visando à aprovação de documentos técnicos e instalações pertinentes, bem como visando à autorização por todas as entidades envolvidas, particularmente quanto às

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

intervenções urbanas e à proteção de patrimônio histórico-cultural, ambiental e de propriedade intelectual, necessárias para execução dos EMPREENDIMENTOS, junto aos órgãos fornecedores, controladores ou fiscalizadores competentes, incluindo: (i) Departamentos de Operação do Sistema Viário; (ii) Companhia de Engenharia de Tráfego; (iii) Corpo de Bombeiros; (iv) CONTRU (Prefeitura Municipal de São Paulo); (v) Secretarias de Meio Ambiente; (vi) CONDEPHAAT; (vii) CONPRESP; (viii) IPHAN; e (ix) outras instituições e órgãos municipais, estaduais e federais necessários.

- 2.6. Todo e qualquer encargo relativo às aprovações dos projetos, em qualquer órgão ou instância, inclusive eventuais alterações decorrentes dessas aprovações, é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
- 2.7. Todos os documentos técnicos deverão ser disponibilizados para o PODER CONCEDENTE e mantidos atualizados pela CONCESSIONÁRIA em arquivo digital no formato PDF, bem como em arquivos editáveis, em seus formatos originais.
- 2.7.1. Textos e planilhas deverão ser elaborados nos softwares Word e Excel, do pacote Office da Microsoft, em versão mais recente que permita esta compatibilidade, e deverão ser apresentados nos formatos correspondentes (“docx” ou “xlsx”), como também no formato “pdf”, sem travamentos de segurança, de forma a permitir sua edição plena.
- 2.7.2. Desenhos e material para exposição deverão ser elaborados mediante a utilização de software compatível com o AutoCAD, em versão mais recente, e deverão ser apresentados nos formatos “dwg” e “pdf”, abertos e sem travamentos de segurança, de forma a permitir sua edição plena.
- 2.8. Após a conclusão dos EMPREENDIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA sempre deverá apresentar o “*as built*” do que foi executado, contemplando, quando existir, a alteração realizada em relação ao previsto nos PROJETOS EXECUTIVOS, observado, em qualquer caso, o disposto no item 2.5 deste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

2.9. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as seguintes diretrizes para elaboração de projetos:

- (i) segurança;
- (ii) funcionalidade e atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- (iii) atendimento às normas relacionadas à acessibilidade (ABNT 9050, ABNT 14021, ABNT 16537 e NM – Norma Mercosul 313)
- (iv) economia na execução, conservação e operação;
- (v) emprego de métodos construtivos e tecnologias eficientes;
- (vi) padronização;
- (vii) agilidade na execução da obra;
- (viii) interferências com aspectos ambientais e de território, tais como diagnóstico social e inserção urbana, áreas contaminadas, vegetação, recursos hídricos, patrimônio histórico, cultural e arqueológico, ruídos e vibrações, eventuais interferências urbanas, resíduos e efluentes e eventuais necessidades de desapropriação, sendo que, quando envolver desapropriação, deverão ser observadas as diretrizes constantes do CONTRATO e de seu ANEXO IV.A;
- (ix) minimização e mitigação de impactos ambientais e sociais;
- (x) tecnologias sustentáveis;
- (xi) abrangência de todas as obras civis e instalações eletroeletrônicas, hidráulicas, de sistemas e métodos construtivos para implantação de obras, remanejamentos de VIA PERMANENTE e de rede aérea, entrada de média tensão da concessionária de energia, rede aérea e linha supridora de média tensão ao sistema de sinalização, inclusive os de EQUIPAMENTOS e serviços auxiliares de parte elétrica/eletrônica, como grupo gerador diesel, quadros e painéis elétricos, sonorização, telefonia, ventilação de salas técnicas e inversores estáticos, sendo suficientemente detalhados para permitir a elaboração de planilha de quantidades;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

- (xii) compreensão do levantamento da compatibilidade do projeto, no caso de edificações, com as leis e diretrizes de uso e ocupação do solo, e a elaboração de documentação para aprovação dos órgãos municipais competentes;
- (xiii) adequação ao terreno: inserção ao meio urbano, legislação aplicável, retenção de águas pluviais e paisagismo eficiente;
- (xiv) eficiência no consumo de água: captação de água de chuva, mecanismos de redução de consumo, controle individualizado por áreas do complexo e sanitários eficientes;
- (xv) eficiência no consumo de energia: projeto luminotécnico, uso de lâmpadas eficientes, controle informatizado, aquecimento solar (obrigatório em São Paulo – Lei Municipal nº 14.459, de 03/07/2007) ou híbrido, implantação de painéis solares fotovoltaicos e uso de iluminação zenital;
- (xvi) materiais e reuso: uso de materiais certificados, uso de materiais regionais, diminuindo distância de transporte (redução de CO2) e uso de materiais reciclados;
- (xvii) conforto e segurança: ergonomia nos locais de trabalho, ventilação e exaustão de ambientes fechados e visão externa;
- (xviii) previsão de instalação de sistemas e equipamentos de controle de poluição em áreas de manutenção, armazenamento e geração de resíduos perigosos, tais como inflamáveis, baterias, solventes, tintas, óleos e graxas, entre outros;
- (xix) orientação para o gerenciamento e destinação de resíduos da construção civil e resíduos perigosos, dentre outros;
- (xx) os estudos e projetos deverão contemplar soluções tecnológicas e de engenharia que atendam às normativas e legislações ambientais vigentes, bem como os PADRÕES DE DESEMPENHO DA IFC identificados como pertinentes a esse objeto;
- (xxi) os resultados dos estudos ambientais deverão subsidiar o planejamento e elaboração dos projetos, visando internalizar as variáveis ambientais e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

atender plenamente à legislação vigente; e

- (xxii) para o desenvolvimento dos estudos ambientais, deverão ser observadas as diretrizes constantes do CONTRATO e do ANEXO IV.A.

2.10. Os projetos elaborados pela CONCESSIONÁRIA deverão contemplar os seguintes itens:

- (i) elaboração de desenhos cadastrais, com plantas e cortes, das estações existentes que estiverem próximas à área de escopo (envoltória);
- (ii) arquitetura, acabamentos, urbanização, paisagismo e comunicação visual;
- (iii) projetos de engenharia, englobando estruturas, fundações, geotecnia, desapropriações, sistema viário, instalações hidráulicas, sanitárias, drenagem, eletroeletrônicas e de sistemas, tais como sinalização e telecomunicações;
- (iv) projetos de fabricação de material rodante;
- (v) memoriais descritivos, segundo cada tipo, observando o seguinte:
 - a. memoriais de cálculo das quantidades devem guardar relação com as planilhas de orçamento e com os pressupostos e hipóteses construtivas que lhes deram origem;
 - b. memoriais de implantação deverão conter os métodos construtivos, com comentários quanto às dificuldades, sequência e cuidados para sua execução;
 - c. memoriais de cálculo deverão apresentar sumariamente o dimensionamento dos elementos estruturais das obras provisórias e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

permanentes; e

- d. o memorial de cálculo de quantidades para estruturas (concreto e formas), arquitetura (pisos, coberturas, vedações e revestimentos) e para cada sistema (elétrica, eletrônica e hidráulica) deve acompanhar a planilha de quantidades.

2.11. Na elaboração de seus projetos, a CONCESSIONÁRIA deverá, ainda:

- 2.11.1. adotar conceitos de economia de recursos e de sustentabilidade, sempre que exigível e em conformidade com a legislação pertinente, devendo observar as exigências já consagradas nas LICENÇAS AMBIENTAIS de Operação existentes;
- 2.11.2. considerar e incorporar as normativas de acessibilidade, bem como cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta– TAC nº 09/99 Anexo XII, entre o PODER CONCEDENTE e a Promotoria de Justiça de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado de São Paulo
- 2.11.3. garantir a destinação ambientalmente adequada de todos os efluentes gerados nas estruturas operacionais (estações, subestações de energia, cabines seccionadoras e demais unidades de apoio), visando não incorrer no disposto no artigo 54 da Lei Federal nº 9.605/1.998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- 2.11.4. incluir a regularização do esgotamento sanitário aos projetos de melhoria, reforma e reconstrução dos EQUIPAMENTOS e estruturas, sendo que: (i) os esgotos sanitários deverão ser interligados ao sistema público de coleta e tratamento ou encaminhados a sistemas próprios de tratamento que possibilitem o atendimento aos padrões de emissão estabelecidos no artigo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

18 do Regulamento da Lei Estadual (SP) nº 997/1976, aprovado pelo Decreto Estadual (SP) nº 8.468/1976, bem como no artigo 21 da Resolução CONAMA nº 430/2011; e (ii) caso os sistemas próprios sejam compostos apenas por fossa séptica, deverão ser complementados com filtro anaeróbio ou outro sistema de tratamento que garanta o atendimento aos referidos padrões de emissão;

2.11.5. no tocante aos fenômenos de inundações e alagamentos incidentes na faixa ferroviária, deverá prever obras de melhoria para ações de contingenciamento em inundações e alagamentos e suas respectivas ações preventivas e corretivas, tais como melhorias no sistema interno de drenagem, com a limpeza de logradouros e galerias pluviais, instalação de comportas e operação de bombas de sucção, dentre outras medidas; e

2.11.6. providenciar a adequada destinação do entulho que vier a ser identificado, nos termos da legislação vigente, bem como dos resíduos contaminados, se existirem.

2.12. A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar que todos os projetos, bem como suas revisões, mesmo durante a execução dos EMPREENDIMENTOS, obedeçam às normas, manuais, padrões e especificações técnicas vigentes, e contenham as devidas Anotações de Responsabilidade Técnicas.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

3. RITO DE CERTIFICAÇÃO E NÃO OBJEÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS

3.1. A CONCESSIONÁRIA apresentará os projetos e estudos observando as diretrizes constantes nestes e nos demais ANEXOS.

3.1.1. O projeto/estudo apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá receber CERTIFICAÇÃO pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, a qual deverá se atentar, em sua análise, especialmente à atestação do cumprimento das diretrizes mandatórias aplicáveis. Emitida a CERTIFICAÇÃO, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO submeterá o projeto/estudo analisado para emissão de decisão de não objeção pelo PODER CONCEDENTE.

3.1.1.1. Caso a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, conforme o caso, após a análise dos itens necessários para emissão da CERTIFICAÇÃO, recomende modificações no estudo/projeto apresentado pela CONCESSIONÁRIA, tais modificações deverão ser consideradas pela CONCESSIONÁRIA, que deverá: (i) implementar as modificações solicitadas em até 15 (quinze) dias, a contar da data em que for comunicada da avaliação realizada pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, podendo tal prazo ser estendido por ela, se necessário, mediante justificativa da CONCESSIONÁRIA; e (ii) reapresentar as revisões para nova avaliação, que deverá observar, em sua análise, o mesmo prazo de até 15 (quinze) dias.

3.1.1.2. Na hipótese do item acima, caso a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO não concorde com as revisões realizadas pela CONCESSIONÁRIA, deverá reafirmar sua avaliação de não atendimento e notificar a CONCESSIONÁRIA para que proceda a novos ajustes, seguindo o mesmo procedimento previsto neste item, até que o conteúdo dos documentos obtenha CERTIFICAÇÃO de aceitação integral pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, observada a regulação sobre

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

prazos estabelecida no inciso (i) do item acima.

3.1.1.3. Emitida a CERTIFICAÇÃO, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá encaminhá-la ao PODER CONCEDENTE, juntamente com eventuais ressalvas, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da emissão da CERTIFICAÇÃO, realize a necessária à formulação de seu juízo de não objeção.

3.1.1.4. A não objeção pelo PODER CONCEDENTE não estará vinculada às conclusões da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, podendo o PODER CONCEDENTE emitir sua decisão de não objeção a despeito de ressalvas apontadas pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ou emitir objeção, não obstante a emissão de CERTIFICAÇÃO, sem ressalvas.

3.2. Os atos de CERTIFICAÇÃO e de não objeção observarão às diretrizes dos ANEXOS, aos PADRÕES DE DESEMPENHO DA IFC e, no que couber, os seguintes aspectos:

3.2.1. Consistência funcional e operacional, considerando a inserção urbana dos EMPREENDIMENTOS e os custos de manutenção e operação dos ativos;

3.2.2. Interferências operacionais à circulação, isto é, projetos alternativos àqueles referenciais não poderão trazer impactos adicionais à circulação dos trens, tempo de viagem, rotinas de manutenção e segurança operacional;

3.2.3. Transposição de via para pedestres ou veículos que estejam em desnível inferior, ou, preferencialmente, superior;

3.2.4. Atendimento às exigências requeridas pelas normas de acessibilidade, destacadamente;

3.2.5. Atendimento às exigências requeridas pelas normas trabalhistas,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

destacadamente;

- 3.2.6. Atendimento às exigências requeridas pelas normas de combate a incêndio e rota de fuga;
 - 3.2.7. Maior conforto e utilidade para os PASSAGEIROS e população lindeira;
 - 3.2.8. Adotar solução que não inviabilize, no desenvolvimento do PROJETO BÁSICO, a aplicação dos conceitos de economia de recursos e de sustentabilidade, sempre que exigível e em conformidade com a legislação pertinente; e
 - 3.2.9. Adotar soluções de engenharia e arquitetura que apresentem condições para segurança, conforto e circulação dos PASSAGEIROS, visando a assegurar a prestação de SERVIÇO ADEQUADO;
- 3.3. Ainda que superado o prazo de 15 (quinze) dias para emissão da decisão de CERTIFICAÇÃO e da decisão de não objeção pelo PODER CONCEDENTE, não será atribuída, para qualquer efeito, a presunção tácita de aprovação pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e pelo PODER CONCEDENTE do pedido sob análise.
- 3.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO os PROJETOS BÁSICOS dos EMPREENDIMENTOS nos prazos estabelecidos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, observados os marcos temporais estabelecidos no ANEXO VIII
 - 3.3.2. Os PROJETOS BÁSICOS elaborados pela CONCESSIONÁRIA serão avaliados pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e serão objeto de CERTIFICAÇÃO.
 - 3.3.3. Na avaliação dos PROJETOS BÁSICOS, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá analisar a observância das diretrizes estabelecidas para aprovação de projetos: (i) no item 1 desta Parte I; (ii) nos demais ANEXOS do CONTRATO; e (iii) nos procedimentos e requisitos descritos neste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO os PROJETOS EXECUTIVOS dos EMPREENDIMENTOS nos prazos estabelecidos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, observados os marcos temporais estabelecidos no ANEXO VIII.

3.4.1. Os PROJETOS EXECUTIVOS elaborados pela CONCESSIONÁRIA serão avaliados pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e serão objeto de CERTIFICAÇÃO, conforme indicado nos itens 2.1 a 2.3 acima e seguintes, no que couber.

3.4.2. Na avaliação dos PROJETOS EXECUTIVOS, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá analisar: (i) a obediência aos PROJETOS BÁSICOS objeto de CERTIFICAÇÃO e não objeção pelo PODER CONCEDENTE; e (ii) a observância das diretrizes estabelecidas para aprovação de projetos: (a) no item 1 desta Parte I; (b) nos requisitos dos ANEXOS II.A, II.B, II.C, II.F, III.A e III.D; (c) nos demais aspectos descritos nos itens 3.1 a 3.3, e seguintes, acima, no que couber; e (d) a CERTIFICAÇÃO, emitida nos termos deste ANEXO.

3.4.2.1. Na eventualidade do PROJETO EXECUTIVO implicar a necessidade de revisão de outros projetos que foram objeto de CERTIFICAÇÃO e não objeção, estes deverão ser readequados, aplicando-se, neste caso, o rito e os prazos constantes dos itens 3.1 a 3.3, e seguintes, acima.

3.4.3. Após a CERTIFICAÇÃO e não objeção dos PROJETOS BÁSICOS e dos PROJETOS EXECUTIVOS, a forma de controle de entrega e devolução dos documentos dos respectivos projetos deverá ser proposta e custeada pela CONCESSIONÁRIA e convalidada de comum acordo entre as PARTES.

3.5. O descumprimento, pelo agente competente, de prazos estabelecidos no CONTRATO e/ou neste ANEXO, ao longo do procedimento de CERTIFICAÇÃO dos projetos, e que implique atrasos na execução dos EMPREENDIMENTOS, seja nos prazos intermediários

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

estabelecidos pela CONCESSIONÁRIA no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, será imputado à CONCESSIONÁRIA, inclusive para fins de alocação de risco, mesmo quando tais documentos forem apresentados em conformidade com o disposto no CONTRATO, neste ANEXO e nos ANEXOS II.A, II.B, II.C, II.F, III.A e III.D.

3.5.1. O atraso referido no item acima não afasta a exigibilidade das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS, e não elide a eventual necessidade de verificação do cometimento, pela CONCESSIONÁRIA, de infrações contratuais puníveis segundo o regramento disposto pelo ANEXO V do CONTRATO.

3.6. A não objeção pelo PODER CONCEDENTE aos projetos não importará a assunção de qualquer responsabilidade técnica por parte do PODER CONCEDENTE, nem impedirá posteriores alterações, revisões e adequações necessárias para a implantação de seu escopo.

3.7. A CONCESSIONÁRIA assumirá os encargos relativos às alterações, revisões e adequações dos projetos que não forem apresentados em conformidade com o quanto disposto no CONTRATO, neste ANEXO ou nos demais ANEXOS, ou, ainda, que sejam necessários para a adequada implantação do escopo.

3.8. Caso o processo de licenciamento ambiental demande alterações nos projetos já submetidos à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE, tais custos serão assumidos pela CONCESSIONÁRIA, que deverá reapresentar os projetos CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE em até 2 (dois) meses, contados do ato ou do evento que ensejou as alterações.

3.8.1. Após a CERTIFICAÇÃO e não objeção, a CONCESSIONÁRIA deverá reapresentar o projeto revisado aos órgãos ambientais competentes.

3.9. Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde, total ou parcialmente, com as decisões da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou do PODER CONCEDENTE, poderá valer-se dos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.

3.9.1. Enquanto não alcançada a solução da controvérsia pelos meios previstos no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá atender à decisão da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou do PODER CONCEDENTE, prevalecendo a decisão do PODER CONCEDENTE.

3.10. O APOIO TÉCNICO subsidiará o PODER CONCEDENTE em suas decisões de não objeção, referidas no item 3.2 acima, por meio de análises técnicas das alternativas apresentadas, possuindo o PODER CONCEDENTE ampla prerrogativa para recusar quaisquer alterações propostas pelo APOIO TÉCNICO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

4. CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS – ELABORAÇÃO, RITO DE CERTIFICAÇÃO, NÃO OBJEÇÃO DO PODER CONCEDENTE E REGRAMENTO PÓS APROVAÇÃO

- 4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá: (i) elaborar os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS de cada EMPREENDIMENTO sob sua responsabilidade, observando as diretrizes e os marcos temporais constantes dos ANEXOS VIII e X.B; e (ii) apresentar os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS para avaliação da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do PODER CONCEDENTE, durante a FASE DE PRÉ-CONSTRUÇÃO.
- 4.2. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA serão avaliados pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e pelo PODER CONCEDENTE, seguindo o mesmo rito e prazos de análise aplicáveis a projetos, previstos nos itens 3.1 a 3.4 acima, e seguintes.
- 4.2.1. Na avaliação dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e o PODER CONCEDENTE deverão analisar a observância, pela CONCESSIONÁRIA, do disposto neste ANEXO e nos ANEXOS VIII e X.B.
- 4.3. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que tenham sido objeto de CERTIFICAÇÃO e não objeção pelo PODER CONCEDENTE passarão a integrar o PLANO DE INVESTIMENTOS e orientarão a execução dos EMPREENDIMENTOS.
- 4.3.1. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA para avaliação da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do PODER CONCEDENTE, na forma do item 4.1, não se confundem com o CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, utilizado para fins de gestão contratual e acompanhamento da realidade fática das obras, o qual deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e mantido permanentemente atualizado, de acordo com as perspectivas mais atuais de evolução dos EMPREENDIMENTOS, ainda que indiquem atrasos, antecipações ou postergações em relação aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

- 4.3.2. Para atualização do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO a que se refere o item 4.3.1 acima, deverá ser considerada, exclusivamente, a perspectiva de evolução dos EMPREENDIMENTOS, independentemente da PARTE à qual for imputável o risco ou a responsabilidade por variações em relação aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer cópia à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE de cada atualização do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO.
- 4.3.3. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS poderão ser alterados nas seguintes hipóteses: (i) para movimentação dos prazos de referência dos EVENTOS DE PAGAMENTO indicados no ANEXO VIII; (ii) para alteração de prazos de execução dos EMPREENDIMENTOS, em função da materialização de risco atribuído exclusivamente ao PODER CONCEDENTE, que impacte a execução dos prazos originalmente estabelecidos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS; e (iii) para alteração de prazos de execução das INTERVENÇÕES, caso o PODER CONCEDENTE decida delegar sua execução à CONCESSIONÁRIA após a conclusão da FASE PRÉ-OPERACIONAL; e (iv) para alteração de prazos de execução dos EMPREENDIMENTOS que sejam impactados por novos prazos para execução das INTERVENÇÕES.
- 4.3.3.1. Em qualquer caso, as alterações dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS serão formalizadas via apostilamento do CONTRATO, observado o rito previsto nos itens 4.3.4 e 4.3.5 abaixo.
- 4.3.4. As alterações dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, nas hipóteses do item 4.3.3, inciso “i”, independem de prévia CERTIFICAÇÃO ou de não objeção pelo PODER CONCEDENTE.
- 4.3.5. As alterações dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS nas hipóteses do item

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

4.3.3, incisos “ii” e “iii”, dependem: (i) de prévia CERTIFICAÇÃO pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e não objeção pelo PODER CONCEDENTE; e (ii) da mensuração do impacto da alteração sobre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

4.3.5.1. Na hipótese do item acima, a alteração dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS poderá importar em desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, o qual deverá ser avaliado no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS ou das REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS.

4.4. A CONCESSIONÁRIA assumirá todo e qualquer encargo relativo à alteração dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que não forem apresentados em conformidade com o quanto disposto no CONTRATO, neste ANEXO e nos ANEXOS VIII e X.B.

4.5. O descumprimento, pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, dos prazos estabelecidos no CONTRATO e/ou nos ANEXOS para análise dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, que acarretar atrasos na data de início ou de conclusão dos EMPREENDIMENTOS, será imputado à CONCESSIONÁRIA, inclusive para fins de alocação de risco, mesmo quando tais documentos forem apresentados em conformidade com o disposto no CONTRATO, neste ANEXO e no ANEXO VIII e X.B, observado o previsto nos itens 3.5 e 3.5.1.

4.6. A não objeção pelo PODER CONCEDENTE aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS não importará a assunção de qualquer responsabilidade técnica por parte do PODER CONCEDENTE, nem impedirá a solicitação posterior de alterações.

4.7. A partir de 60 (sessenta) dias contados da data de não objeção dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, trimestralmente, deverá encaminhar à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE relatório de progresso referente ao andamento das atividades e CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, ambos tendo como referência o respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, apontando as atividades concluídas e o estágio de andamento e previsão

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

de conclusão das demais, como forma de adimplemento da Cláusula 66.9.10 do CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

5. EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá executar os EMPREENDIMENTOS em conformidade com:

(i) o PLANO DE INVESTIMENTOS que contou com a não objeção do PODER CONCEDENTE e, previamente, com a CERTIFICAÇÃO ; (ii) os prazos estabelecidos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que foram objeto de CERTIFICAÇÃO e não objeção pelo PODER CONCEDENTE; (iii) os projetos que foram objeto de CERTIFICAÇÃO e não objeção pelo PODER CONCEDENTE; e (iv) as normas técnicas e demais condições previstas no CONTRATO, neste ANEXO, nos demais ANEXOS desse CONTRATO e/ou na legislação de regência.

5.2. Para execução dos EMPREENDIMENTOS e disponibilização aos SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA deverá:

5.2.1. Observar as diretrizes e premissas estabelecidas no ANEXO IV.A para obtenção das licenças e autorizações ambientais pertinentes, aprovações em órgãos de patrimônio histórico, se houver, bem como aprovação dos projetos de engenharia, quando a legislação pertinente assim o exigir, além dos demais alvarás e autorizações congêneres necessárias;

5.2.2. Obter as autorizações necessárias à execução dos EMPREENDIMENTOS, observados os ANEXOS do CONTRATO; e

5.2.3. Obter o AVCB ou atualizar o AVCB existente, conforme diretrizes dos ANEXOS.

5.3. A CONCESSIONÁRIA será penalizada pelo descumprimento de prazos ou marcos temporais previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO que estejam sob seu controle ou sofram impacto de suas ações ou omissões, direta ou indiretamente, ou que decorram de eventos de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no ANEXO V.

5.3.1. Para fins do item acima, a CONCESSIONÁRIA se responsabilizará pelo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

descumprimento de prazos ou marcos temporais previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO causados por atrasos cometidos pelas CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO..

- 5.4. Os prazos contratuais atribuídos à CONCESSIONÁRIA, inclusive aqueles previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, poderão ser reprogramados ou adiados, sem qualquer aplicação de penalidades, nas hipóteses do item 4.3.3 acima ou nos casos de atrasos decorrentes direta e comprovadamente de:
- 5.4.1. Evento cujo risco foi atribuído exclusivamente ao PODER CONCEDENTE, ou, ainda, no caso de descumprimentos contratuais do PODER CONCEDENTE;
 - 5.4.2. Eventos previstos nas Cláusulas 25.1.10.1 e 25.1.37 do CONTRATO, desde que a CONCESSIONÁRIA demonstre que tomou todas as medidas cabíveis para evitar a materialização do risco e que não concorreu culposa ou dolosamente para o evento, observado o disposto na Cláusula 25.1.37.1; e
 - 5.4.3. Excludentes de responsabilidade previstas no ANEXO V.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

6. FISCALIZAÇÃO E RITO DE CERTIFICAÇÃO E NÃO OBJEÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

6.1. O PODER CONCEDENTE, diretamente e com o auxílio do APOIO TÉCNICO, acompanhará a evolução da execução e implantação, pela CONCESSIONÁRIA, dos projetos, estudos, obras, sistemas e outras atividades relacionadas à execução dos EMPREENDIMENTOS, sem prescindir das atividades de fiscalização previstas no CONTRATO, resguardadas as competências da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO. .

6.1.1. Caberá à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO desempenhar as atribuições que lhe competem, conforme previsto no CONTRATO, nos ANEXOS, bem como as demais atividades que possibilitem: (i) a emissão da CERTIFICAÇÃO em relação aos EMPREENDIMENTOS OBRA; e (ii) a emissão de relatórios e laudos técnicos para aferição do cumprimento de todas as etapas dos EMPREENDIMENTOS OBRA e suas especificações técnicas, constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas, métodos aplicáveis e PADRÕES DE DESEMPENHO DA IFC.

6.1.2. As PARTES poderão solicitar esclarecimentos diretamente à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO sobre os relatórios emitidos e informações disponibilizadas, por meio do sistema de informações previsto no ANEXO II.E, sendo obrigatória a comunicação às PARTES dos esclarecimentos prestados pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO.

6.2. Após a conclusão de cada etapa constante do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO que corresponda a um EVENTO DE PAGAMENTO, ou marco temporal estabelecido para os EMPREENDIMENTOS, conforme previsto nos ANEXOS VIII e X.B, a CONCESSIONÁRIA deverá: (i) notificar a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO para vistoria, com a correspondente emissão da CERTIFICAÇÃO de conclusão de EVENTO DE PAGAMENTO; e (ii) encaminhar à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, com cópia para o PODER CONCEDENTE, o documento que demonstre a efetiva execução do EVENTO DE PAGAMENTO, com a identificação do número do EVENTO DE PAGAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

correspondente, constante do ANEXO X.B, na forma e nos prazos previstos no ANEXO VIII e no ANEXO X.B.

6.2.1. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá, em até 15 (quinze) dias: (i) vistoriar a execução correspondente ao EVENTO DE PAGAMENTO ou ao marco temporal estabelecido para os EMPREENDIMENTOS, conforme a notificação referida no item 6.2 acima; (ii) certificar sua efetiva execução, adequação e/ou conclusão, tendo como base, dentre outros itens, a conformidade das obras com os projetos que obtiveram a CERTIFICAÇÃO e não objeção pelo PODER CONCEDENTE, incluindo a fabricação e a montagem dos EQUIPAMENTOS empregados; e (iii) enviar às PARTES relatório detalhado das aferições realizadas. As vistorias poderão ser acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, bem como por representantes do PODER CONCEDENTE e/ou do APOIO TÉCNICO, conforme determinado pelo PODER CONCEDENTE.

6.2.2. Concluídas todas as etapas constantes do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO correspondente a um determinado EMPREENDIMENTO, a CONCESSIONÁRIA deverá: (i) notificar CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, por meio de notificação de conclusão de EMPREENDIMENTO, para vistoria do EMPREENDIMENTO, com vista à emissão de CERTIFICAÇÃO.

6.2.2.1. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá encaminhar a ao PODER CONCEDENTE, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, para que aquele emita sua decisão quanto à não objeção.

Caso a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO constate alguma não conformidade nos EMPREENDIMENTOS, poderá indicar, motivadamente, a necessidade de correção pela CONCESSIONÁRIA, às suas expensas, em prazo adequado ao escopo de correções a ser feito, o qual deverá ser proposto pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e não objetado pelo PODER CONCEDENTE, de modo que os EMPREENDIMENTOS passem a atender

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

integralmente aos projetos aprovados, dentre outras condições dispostas no CONTRATO e em seus ANEXOS, mantendo-se os prazos dos marcos temporais estabelecidos no ANEXO VIII. Do mesmo modo, os representantes da CONCESSIONÁRIA e do PODER CONCEDENTE, da CPTM e do APOIO TÉCNICO poderão acompanhar essas atividades, conforme determinado pelo PODER CONCEDENTE.

Emitida a CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO da conclusão integral e a adequação de todos os EMPREENDIMENTOS, e obtida a não objeção pelo PODER CONCEDENTE, este emitirá a DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTO.

6.3. A emissão da DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTO não implica qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE nem exime a CONCESSIONÁRIA e/ou a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, total ou parcialmente, das suas obrigações decorrentes do CONTRATO, de seus ANEXOS ou das disposições legais ou regulamentares pertinentes, permanecendo a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por eventuais imperfeições dos projetos, obras e sistemas, e a responsabilidade da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do AUDITOR INDEPENDENTE pela qualidade de seus serviços.

6.3.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao PODER CONCEDENTE quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, de suas obrigações contratuais com base em fatos que resultem das relações contratuais estabelecidas com suas empresas subcontratadas, ainda que aprovadas pelo PODER CONCEDENTE.

6.3.2. A CONCESSIONÁRIA atualizará o INVENTÁRIO após a execução, a CERTIFICAÇÃO e a não objeção dos EMPREENDIMENTOS pelo PODER CONCEDENTE, os quais serão enquadrados como bens reversíveis.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

PROCESSO STM Nº [--]/2024

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [--]/2024

PPP-LINHAS 11, 12 E 13

7. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA PELA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS EXECUTADOS

- 7.1. A CONCESSIONÁRIA garante ao PODER CONCEDENTE que a qualidade dos projetos e dos EMPREENDIMENTOS é suficiente e adequada ao cumprimento do CONTRATO, responsabilizando-se integralmente por qualquer desconformidade com os INDICADORES DE DESEMPENHO e demais especificações técnicas estabelecidas.
- 7.2. Durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA responde perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pela qualidade dos projetos, da execução e da manutenção das obras, dos sistemas, do MATERIAL RODANTE e dos SERVIÇOS, incluindo a manutenção da INFRAESTRUTURA EXISTENTE e da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável por sua durabilidade, com plenas condições de funcionamento e operacionalidade, de acordo com as exigências previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como por quaisquer danos decorrentes.
- 7.3. Sem prejuízo do disposto no CONTRATO, a execução dos EMPREENDIMENTOS deverá considerar intervenções, reurbanizações, benfeitorias, realocação de INTERFERÊNCIAS e demais obras necessárias à recuperação, preservação e devolução à população das áreas afetadas pelos EMPREENDIMENTOS, observado, sempre, no que couber, o disposto no ANEXO II e também os PADRÕES DE DESEMPENHO DA IFC.